



## Editorial

# Diploma dos Títulos do Tesouro congelado em Belém

A participação do dr. Mário Soares na «cimeira» socialista de Geneve, saldou-se por uma conturbação notória. De um lado, o «leader» português viu-se eleito como um dos 14 vice-presidentes da «Internacional», do outro, desencadeou na política interna uma série de conflitos. Ao mesmo tempo que se afastou do PSD, viu-se obrigado a repelir mais uma vez o PC, o qual na linha da sua estratégia voltou a insistir numa aliança de maioria de esquerda com o Partido Socialista. Nestes termos, o País real continuou a ser; Ignorado pelos nossos políticos, cada um interessado em resolver os seus próprios problemas, esquecendo os problemas globais da Nação. Vemos a esgrima política opor-se à análise séria e grave das questões que ameaçam a nossa jovem Democracia. Não se vê com que propósito o dr. Álvaro Cunhal insiste em querer ver os comunistas numa posição de privilégio, quando é público e notório que o País rejeita uma política marxista. O Partido Comunista só poderia aspirar a ser governo, se tivesse do seu lado as Forças Armadas o que hoje não acontece. As Forças Armadas, rodeando o Presidente da República general Ramalho Eanes — especialmente depois da última reunião de Monte Real — estão realmente dispostas a formar um corpo coeso em defesa da Democracia e em defesa da vontade do povo. Os militares, que se refizeram das convulsões sucedidas no seu seio depois de 25 de Abril de 1974, encontram de novo a sua estabilidade de que foram testemunha as impressionantes cerimónias comemorativas do 25 de Novembro de 1975. Não parece, assim, que o dr. Álvaro Cunhal esteja a pensar no País e no drama nacional em que estamos envolvidos, quando apela para uma aliança impossível com o Partido Socialista. O Partido Comunista Português deveria interessar-se, apenas, em defender a Democracia para, assim, poder sobreviver e manter o seu lugar no quadro político nacional. Quanto ao Partido Socialista, não terá qualquer vantagem em afastar de si o segundo maior partido político português. Governar Portugal é, hoje, uma tarefa ciclópica e quem pretender governá-lo sozinho arrisca-se a um fracasso histórico. Assim não podem levar-se a termos de uma estratégia aconselhável, as declarações do dr. Mário Soares em Geneve. O fosso entre o PS e o PSD voltou a agravar-se, o que pressupõe a existência de um vazio que prejudica os próprios esforços do Presidente da República no sentido de encaminhar o Governo para uma acção enérgica, que cure as feridas de que a Nação padece. Foram visíveis, nos últimos dias as repercussões políticas resultantes das afirmações do dr. Mário Soares na cidade do Leman e a que o «Tempo» dá hoje a devida

Os Títulos do Tesouro encontram-se num impasse, grave, enquanto se desenvolvem negociações entre o Presidente da República e o Governo. O diploma, elaborado pelo ministro das Finanças, foi aprovado em Conselho de Ministros no passado dia 11 de Novembro e seguiu para a Presi-

dência da República e para o Conselho da Revolução, conforme estabelece a Constituição, no dia seguinte. Ainda segundo a Constituição, o presidente da República não pode promulgar os Decretos enquanto não decorrerem cinco dias depois da sua aprovação em Conselho de Ministros. Em princi-

pio, os diplomas do Governo devem ser apreciados pelo Conselho da Revolução, que deles dará parecer ao Presidente da República.

Independentemente do parecer do Conselho da Revolução, através da Comissão Constitucional, o presidente da República tem po-

deres para decidir ou recusar a promulgação.

No entanto os conselheiros jurídicos da Presidência da República levantaram obstáculos à promulgação do diploma com base na sua pretensa inconstitucionalidade. Segundo fontes seguras, a Presidência da República entende

que o Decreto só poderá ser promulgado depois de discutido na Assembleia da República, o que torna inviável a sua aplicação nas datas convenientes. Conselheiros económicos dizem que os Títulos do Tesouro representam uma receita para o Estado de 3 milhões

(Continua na pág. 5)

### «TEMPO» INVESTIGOU E REVELA

## Como foi a «gaffe» de Mário Soares em Genebra

Causaram notável impacto na opinião pública portuguesa — inclusive nos meios militares — declarações que foram atribuídas ao dr. Mário Soares numa conferência de imprensa que proporcionou em Genebra, aquando da reunião da Internacional Socialista que decorreu nesta cidade há poucos dias. Entretanto, de regresso a Lisboa, o secretário-geral do PS teve oportunidade de corrigir, para

os jornalistas portugueses, algumas dessas afirmações que as agências noticiosas divulgaram de Genebra. E, assim, o impacto transferiu-se para a polémica gerada em torno da questão de se saber até que ponto as afirmações de Mário Soares em causa estão mais próximas da versão que delas divulgaram as agências noticiosas se da versão que delas deu

o próprio à sua chegada a Portugal.

«Tempo» julga poder responder cabalmente a esta dúvida da opinião pública nacional, pois o nosso correspondente em Genebra, Luis Esteves, proporcionou-nos, pelo telefone, a gravação que efectuara durante a citada conferência de imprensa. Por outro lado, também apresentamos já uma

(Continua na pág. 9)



(Continua na pág. 6)

### JOSÉ MANUEL CASQUEIRO AO «TEMPO»

## «Subemprego no Alentejo»

Entrevista de HÂNDEL DE OLIVEIRA

«A alteração verificada no Ministério da Agricultura — a substituição do ministro e dos secretários de Estado, foram os primeiros passos dados na reestruturação que terá de ser feita naquele departamento, desde as cúpulas às bases, de forma a eliminar toda e qualquer possibilidade de aproveitamento partidário do Ministério pelo PCP como sucedia até agora, ou por outro qualquer partido» — salientou-nos o secretário-geral da CAP — Confederação dos Agricultores de Portugal, José Manuel Casqueiro, em entrevista que nos concedeu sobre o momento actual da agricultura portuguesa.

Sublinhando que o problema do Alentejo «é muito mais importante analisado sobre o ponto de vista político do que sobre o ponto de vista agrícola», classificou o degradar da situação que presentemente ali se regista como «os gestos do desespero que cometem os naufragos ao procurarem agarrar-se a uma pequena bóia: e neste momento a bóia que serve o Partido Comunista é a agitação social, a convulsão social se necessário for, deixando-se os trabalhadores iludir, não reparando que serão eles novamente simples «marionnettes» de toda esta situação».

(Continua na pág. 5)

## Jornalistas europeus

PARIS (TEMPO) — O Director do «Tempo» participa, nos dias 13 e 14 de Dezembro, em Paris, numa reunião do Comité Director Provisório do Clube dos Jornalistas Europeus, iniciativa do jornalista Jean Schwoebel, de «Le Monde», visando estabelecer a maior solidariedade entre jornalistas pertencentes a países signatários da acta final de Helsinquia. Além de Jean Schwoebel, fazem parte do Comité Director M. Bulatovitch, director do «Politika», da Jugoslávia; Josef Palffy, chefe de Redacção do «Magyarorszag», da Hungria; M. Valtasaari, director do Telegjornal da TV da Finlândia; Nuno Rocha, Director do «Tempo» de Lisboa e Antoine Bosshard, do «Journal de Geneve».

A iniciativa de Jean Schwoebel tem o apoio da Unesco, do Centro de

(Continua na pág. 6)

## Saneamentos militares

As centenas de oficiais dos três ramos das Forças Armadas que, após a Revolução de 25 de Abril de 1974 e até 25 de Novembro de 1975, foram saneados arbitrariamente com base no Decreto-Lei 309/74, continuam a reunir-se para apreciar a sua situação. O último encontro efectuou-se, em Lisboa, na passada sexta-feira e por unanimidade foi aprovada uma moção em que se fazem vários reparos sobre algumas informações divulgadas na imprensa e susceptíveis de ser consideradas provenientes de meios afectos ao Conselho da Revolução.

Esta moção, que cremos incidir fundamentalmente sobre uma reportagem publicada no semanário de que é director Artur Portela Filho, sobre a recente reunião militar na Malveira, foi entregue já aos chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das FA para chegar ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Entretanto, o «Tempo» divulga ho-

(Continua na pág. 9)

## 5.ª feira Haja

O milagre do bom sol que todos os anos, pelo «Verão de S. Martinho», nos aquece, está a faltar. Vem aí o Inverno, com todo o seu rigor de tempestades.

«O «deficit» financeiro deste ano em vias de findar deve ascender a 80 milhões de contos. O saldo negativo da nossa balança de pagamentos é superior a 40 milhões de contos. Só no primeiro trimestre do ano corrente a diminuição das reservas em divisas e ouro foi de 19 milhões e 200 mil contos. As despesas com as Forças Armadas, segundo o Orçamento de Estado para 1976 («Diário do Governo» de 31/12/75) foi de 14 milhões e 182 mil contos, mais 74 mil 870 contos para o Conselho da Revolução.

Mas vem aí o Natal e, com os títulos do Tesouro, a poupança forçada vai enriquecer-nos a todos. Vem ainda não sei quantos milhões e milhões de empréstimos. Haja saúde e haja esperança — para além da tradicional brandura dos nossos costumes.

P. D.

### ANDRÉS PEREZ EM PORTUGAL

## Resultados positivos de uma visita

O Presidente da Venezuela acedeu, na quarta-feira, a receber no seu país 300 famílias de agricultores refugiados de Angola ou Moçambique. As 300 famílias poderão ocupar terras que o governo venezuelano lhes destinará num dos pontos mais aconselháveis do país.

A proposta foi feita ao presidente pelo Príncipe da Beira em nome de um grupo de trabalho constituído com o fim de auxiliar agricultores que se encontram em Portugal refugiados das antigas colónias de África. O mesmo grupo está em contacto com a Bolívia e com o Brasil. O governo da Bolívia já reconheceu estar disposto a receber também 300 famílias mas deparam-se-lhe dificuldades de ordem financeira, problema que não sucede com a Venezuela. O Brasil não deu ainda qualquer resposta ao projecto que lhe foi enviado.

Terminando uma digressão pela Europa, que incluiu visitas oficiais à Itália, Inglaterra, Rússia e Espanha e, ainda, uma deslocação a Genebra, na Suíça, para participar na reunião da

Internacional Socialista, esteve dois dias em Portugal — segunda e terça-feira — o Presidente da República da Venezuela, Andrés Perez.

(Continua na pág. 6)

### ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS

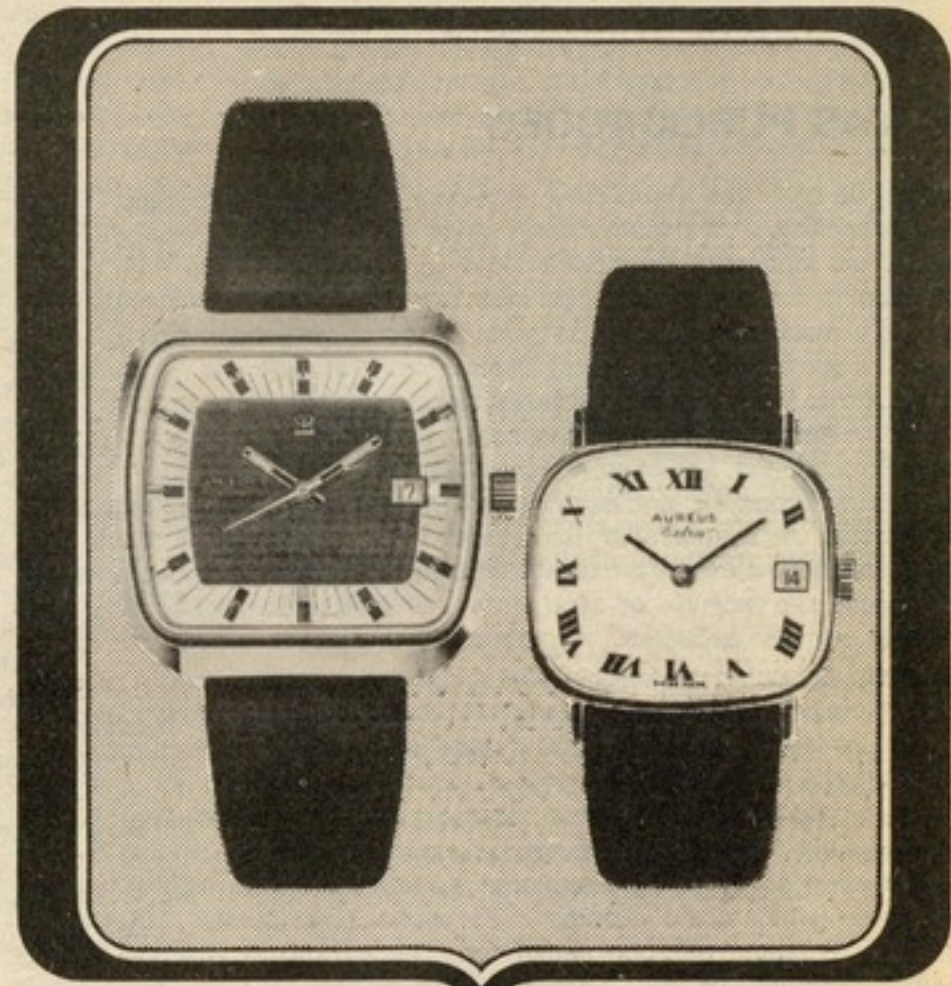
## Poder local e democracia

Um acto da mais relevante importância para a democracia a nível local vai realizar-se dentro de dias, com ele se completando a criação das instituições prometidas aos portugueses em 25 de Abril e consignadas na Constituição democrática da nova República. Trata-se das eleições para as autarquias locais, as primeiras que, em meio século, permitirão aos portugueses escolher livremente os cidadãos responsáveis pelos órgãos do poder local. Esse significativo acto cívico (o quarto desde a revolução dos «capitães» e o terceiro

deste ano), além de ser decisivo para consolidar a democracia, vai ainda possibilitar que se tire novamente a temperatura política ao País, ou melhor, servirá para confirmar ou rectificar as posições dos Partidos.

Recorda-se que há muitas semanas, já posteriormente à aprovação do programa de Governo na Assembleia da República, o dr. Mário Soares teve ocasião de afirmar que nunca governaria contra a vontade do povo e se não tivesse o apoio dos portugueses. Os observadores poli-

(Continua na pág. 6)



# AUREUS

Um relógio suíço sempre moderno que satisfaz todos os gostos. Há modelos com corda manual, automáticos, com calendário, e com dia da semana.

Examine a vasta colecção destes relógios nas Agências Oficiais OMEGA e TISSOT

## Eleições para as autarquias locais

(Continuação da pág. 1)

ticos interpretaram essa atitude do primeiro-ministro como podendo ser uma advertência de que os socialistas, caso não vissem melhorada ou pelo menos mantida a sua posição, não continuariam no Governo. No entanto, ultimamente, tanto o líder socialista como outros dirigentes do Partido têm insistido que o Governo vai governar até 1980, o que significa ficar no poder até às próximas eleições legislativas. O que, de resto, é bastante compreensível, uma vez que nada têm a ver com o Governo.

Cumpra assinalar que os próprios partidos democráticos da oposição têm assumido posição precisamente no sentido de não ser aproveitada a campanha eleitoral como estratégia virada prioritariamente para a politização, nem mesmo se caracterizar como um plebiscito ao Governo, dado não ser este que está em causa, mas, sim, os problemas locais e a questão da autonomia e descentralização da administração, com o consequente reforço e prestígio do poder local. Assim, são muitas as declarações produzidas pelos líderes dos Partidos a chamar a atenção para o facto de as eleições do dia 12 terem sobretudo de ser encaradas como um instrumento para a implantação da vida democrática em todo o País, o que não pode ser dissociado do desenvolvimento do bem-estar das populações.

### RETOMAR A TRADIÇÃO

As eleições locais são, pois, as últimas de um programa tendente a estabelecer a democracia nos principais níveis da vida política e administrativa do País. No Verão de 1974, portanto a pouca distância do Movimento de 25 de Abril, quando por simples nomeação em plenários sem representatividade o MDP/CDE tomou conta da maioria das autarquias locais, o PPD insistiu frequentemente na necessidade de se efectuarem o mais breve possível eleições para a escolha democrática dos responsáveis pelos Municípios e Juntas de Freguesia. Ainda em Julho desse ano, o general Costa Gomes — então ainda apenas chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, mas já em ascensão no círculo dos grupos militares vanguardistas e interlocutor válido para as forças partidárias representativas de um espectro político responsável pelos desvios do espírito da revolução —, preanunciava a realização dessas mesmas eleições como um exercício das liberdades restituídas aos portugueses. Há poucos dias, no Norte do País, o dr. Mário Soares reconheceria que as eleições

das autarquias deveriam ter sido as primeiras a ter lugar.

A administração local tem longas tradições ao longo da nossa História, pela sua independência e autonomia e pela importância que representou desde o século XIII. Sofreu, porém, desvio no último meio século, em que se assistiu à progressiva transferência das competências e capacidades locais e regionais para a administração central, permitindo o controlo político, económico e social a partir do Terreiro do Paço, contra os protestos de muitos que se identificavam com o próprio regime e frequentemente se insurgiam pela asfixia imposta por Lisboa aos Municípios e às Juntas, que, para exercerem qualquer actividade, dependiam dos favores e sub-

sídios dos Ministérios. Nos últimos dois anos e meio, apesar de se terem aberto grandes perspectivas para uma gestão democrática desses importantes órgãos, a verdade é que pouco mudou em relação à sua maioria, em que persistiram os métodos antidemocráticos e pouco se fez em benefício do desenvolvimento local e do bem-estar das populações.

### DESCENTRALIZAÇÃO E AUTONOMIA

A partir do dia 12, porém, com a efectivação das eleições, os órgãos representativos do poder local passam a dispor da consequente descentralização e autonomia administrativa. De facto, o próprio programa

do Governo incluiu medidas para a descentralização regional e local, propondo-se acelerar a contribuição das bases necessárias à democratização efectiva da vida das autarquias, com reforma e saneamento das finanças locais, alteração do Código Administrativo, incremento do apoio técnico às autarquias (nomeadamente com funcionários a fornecer pelo competente Ministério), aperfeiçoar a gestão das autarquias, implantar progressivamente a nova orgânica de planeamento regional e participar no accionamento do desenvolvimento regional. Recordar-se que o Governo, aproveitando um projecto do MAI elaborado na gerência do comandante Almeida Costa, apresentou, para discussão pública e aprovação pela AR, um projecto de administração regional apoiado na descentralização de competências, com criação de verdadeiros órgãos de administração local e regional. Enfim, trata-se de um modelo descentralizado e democrático de administração, com o objectivo de fomentar e desenvolver formas de participação das populações e de pôr ao alcance das autarquias meios de que podem resultar o poder financeiro e a capacidade técnica, sem esquecer a participação das organizações unitárias de base.

As autarquias são pessoas colectivas territoriais, dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das respectivas populações. No continente, as autarquias são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas, enquanto nos Açores e na Madeira há só as freguesias e as Câmaras. As atribuições e a organização das autarquias e a competência dos seus órgãos serão reguladas por lei, de acordo com o princípio da descentralização administrativa. Dispõe de património e finanças próprias, prevê-se que as autarquias passem a repartir com o Estado os recursos públicos para a necessária correcção de desigualdades. A organização do poder local compreende uma assembleia eleita, dotada de poderes deliberativos, e um órgão colegial executivo perante ela responsável. Haverá, ainda, para os municípios, um conselho, cuja constituição será posteriormente regulamentada.

### MANDATO DE TRÊS ANOS

Os portugueses elegerão, no dia 12, os órgãos de 304 concelhos (274 do continente e os restantes das ilhas) e de 4 212 freguesias (3 938 no continente e 194 nos Açores e Ma-

PARTIDOS	CANDIDATOS	ESCOLTAS	ASSOCIADOS	PROTESTANTES	INDICADOS	REPROVAÇÃO	RESERVAÇÃO
PS	300	98	34	60	1.600	1.750	3.650
PSD	150	17,1	16	17,0	1.400	10,3	30.000
CDS	150	17,1	16	17,0	1.400	10,3	30.000
MP	100	9,4	100	9,4	1.000	1,0	10.000
MUP/GDUP'S	80	20	80	20	8.000	14	6.000

NOTA — De acordo com a Lei, só se efectuam eleições em 3262 freguesias do continente e ilhas, pois as restantes possuem menos de 300 eleitores, pelo que os futuros dirigentes destas autarquias são escolhidos em plenários dos cidadãos com capacidade eleitoral. Além das organizações referenciadas, candidatam-se também, em escassos concelhos ou freguesias, o PPM, o PDC, o PCP (m-l), a LCI e o PRT.

deira), sendo o respectivo mandato de três anos. A eleição far-se-á segundo o método de Hondt (o utilizado nas três anteriores eleições), considerando muitos observadores que o processo da proporcionalidade vai levar à polarização partidária, podendo paralisar o funcionamento de alguns órgãos devido a uma composição compreendendo representantes de vários Partidos.

São três os órgãos que, simultaneamente, serão constituídos a partir de sufrágio directo e universal: as assembleias de freguesia e municipal e a Câmara (a Junta de Freguesia, como órgão executivo, é escolhida por escrutínio secreto, pela assembleia, de entre os seus membros). À assembleia de freguesia podem candidatar-se os Partidos ou coligações e outros grupos de cidadãos eleitores não há eleição, a qual é substituída pelo plenário dos cidadãos com capacidade eleitoral. Quanto aos concelhos, a assembleia municipal é constituída pelos presidentes das Juntas e por membros, em número não inferior ao daqueles, eleitos pelo código eleitoral do Município. A Câmara, como órgão executivo colegial, é eleita pelos cidadãos recenseados e terá por presidente o primeiro candidato da lista mais votada. No conselho municipal, a constituir segundo legislação a adoptar, garante-se adequada representação das organizações económicas, sociais, culturais e profissionais.

### PROGRAMA ATÉ AO DIA 10

A campanha eleitoral encontra-se já em curso, terminando às 24 horas do dia 10 e não podendo ser utilizados, para propaganda, a RTP e os meios de radiodifusão. Como pediu o ministro da Administração Interna ao marcar as eleições, o Governo, que alguns Partidos acusam de estar a servir-se das suas actividades como método de propaganda, espera que

os portugueses possam —ultrapassar quezilias mesquinhas e pessoais; saber vencer os bairrismos descabidos e prejudiciais; pensar de preferência nos interesses da sua terra; pensar nas pessoas mais qualificadas e que mais garantias oferecem de bem dirigir em liberdade os destinos da sua freguesia ou concelho—. Além de algumas candidaturas do PPM e do PRT, disputam os órgãos do poder local listas do PS, do PSD/PPD, do CDS, da FEPU (PC, MDP/CDE e FSP), do MUP (ou GDUP's) e da FERP (também extrema-esquerda).

Recordem-se os princípios fundamentais dos programas dos referidos Partidos ou grupos políticos: PS — Visa a edificação da «sociedade sem classes», com o poder dos trabalhadores, no «quadro da colectivização dos meios de produção e distribuição e do planeamento económico com pluralidade de iniciativas». PSD/PPD — Tem por objectivo a instauração progressiva do socialismo democrático e humanista, pela via social-democrata, tal como é trilhada pelos grandes Partidos congéneres da Europa Ocidental. CDS — Defende o humanismo personalista como o «melhor caminho através do qual se procura combater a exploração e a opressão do homem». PU — Os Partidos que integram esta frente pouco divergem nos seus objectivos, uma vez que o PC e a FSP visam a construção do socialismo e do comunismo e o MDP/CDE a chamada «democracia socialista» segundo um modelo que se aproxima da frente comunista búlgara. MUP (GDUP's) — Pretende a implantação de uma democracia popular, com um modelo em que se confundem os regimes cubano e albanês. FERP — Também luta pela democracia popular, com substituição dos órgãos democráticos pelos soviets de operários e camponeses.

## Jorge Campinos: Esperança de nova vitória

O Partido Socialista «está em condições ideais para estabelecer a necessária ligação entre os órgãos locais e os órgãos centrais, para resolver com realismo e numa perspectiva mais ampla os problemas locais», considera o prof. Jorge Campinos, ao apontar as «responsabilidades muito especiais» dos socialistas em relação aos eleitores. Segundo o ministro sem pasta, em declarações ao «Século Ilustrado», tais responsabilidades resultam de o PS ser o Partido do Governo e o «único Partido português com uma implantação geográfica verdadeiramente nacional». Assim, é sua convicção de que o PS, «mais do que qualquer outro, vai contribuir de forma decisiva, em todo o território, através dos seus candidatos eleitos, para a solução dos problemas locais», lutando «sem demagogia, mas com realismo, pelo progresso e desenvolvimento locais, pela melhoria do nível de vida das populações, através da descentralização e desconcentração administrativas».

Quanto ao carácter político das eleições, o prof. Jorge Campinos entende que a prática dos regimes pluripartidários demonstra não haver eleições gerais que não sejam políticas, nomeadamente a nível de Municípios. De resto, como frisou, são sobretudo os Partidos que se apresentam aos eleitores, mesmo «quando se escondem atrás de pseudónimos, de frentes, que não enganam ninguém». Em relação à posição dos socialistas, aquela proeminente figura do PS observa que o Partido, continuando «a falar a linguagem da verdade», não porá entre parêntesis o seu programa e os seus princípios. «Estamos, pois», diz, «convencidos de que o Povo Português, como ontem, manifestará uma vez mais, no próximo dia 12 de Dezembro, a sua confiança nas listas propostas pelo Partido Socialista: por uma política municipal coerente e competente, democrática e socialista, livre e pluralista, para e com o Povo Português».

Ouvido também pela mesma revista, o eng. Veiga de Oliveira, destacado militante do PC e candidato nas próximas eleições pelo PU, mostra-se optimista quanto aos resultados a obter pela frente comunista em que se integra, mas acredita que as eleições do dia 12, só por si, «não democratizam como que por encanto, e de uma assentada, a nossa via política local», embora possam constituir «importantíssimo passo» na «defesa e consolidação do Estado democrático». Em todo o caso, julga que das eleições podem resultar «novas possibilidades de solução dos problemas locais, através de órgãos representativos e da participação mais ampla e activa das populações e das suas organizações de base», como se poderá ainda, «contribuir poderosamente para a estabilização da vida política, consolidando a democracia e assegurando o prosseguimento do processo político».

## Editorial

(Continuação da pág. 1)

que o «Tempo» dá hoje a devida dimensão através da informação que o nosso correspondente nos enviou. Verificando-se que os objectivos do Partido Comunista não são de interesse nacional mas, sim, partidário, o Partido Socialista só pode ter uma vocação: aproximar-se dos partidos da maioria presidencial. Não vamos ao ponto de aconselhar uma coligação, porque não a consideramos também viável, mas estamos seguros de que o Partido Socialista só poderá chegar ao fim do seu mandato, se tiver durante os próximos quatro anos a cooperação do PSD e do CDS. Não parece ser correcto ouvir constantemente o secretário-geral do partido que se encontra no poder, afirmar que os partidos da Oposição são partidos da direita. Os partidos afirmam-se através dos seus programas e das suas designações. As únicas pessoas que devem discutir os seus próprios militantes e, portanto, só no seio do PSD se pode algum dia discutir se o partido é liberal, da esquerda ou da direita. Não há dúvida de que o PSD é um partido que se afirma sem desvios social-democrata e nele se integram verdadeiros social-democratas. Os seus fundadores deram o rosto durante a vigência do regime anterior e quem se filiou no então PPD sabia que se ligava a um projecto social-democrata para o País, sabia que não se ligava a um partido de direita. Infiltrações? Quem pode ver-se livre delas, especialmente num quadro político ainda indefinido como é o quadro da vida política portuguesa?

Se queremos todos construir a Democracia devemos começar, os mais responsáveis, por dar dela um exemplo. Pensamos que é a altura dos partidos políticos se consciencializarem das grandes tarefas que lhes competem, abandonando o jogo de esgrime verbal em que têm estado lamentavelmente envolvidos. A Pátria está doente e é preciso salvá-la com o esforço de todos. Desejariamos ver na Assembleia da República os deputados do Partido do Governo empenhados não em atacar os partidos da Oposição, mas em discutir Decretos e soluções de ordem nacional; desejaríamos ver a Oposição empenhada não em atacar o Partido do Governo mas em apresentar ao Governo críticas sobre a sua actuação concreta. Porque não apresenta a Oposição na Assembleia o caso daquela «holding» do Estado, recentemente criada, onde os três principais administradores ganham 45.000\$00 cada um, onde nunca estão para audiências porque estão sempre em reuniões e onde um director técnico ganha 23.000\$00 para chegar ali sempre ao meio dia? Onde estão os deputados deste País verdadeiros defensores dos interesses do Povo? Aconselhamos o dr. Mário Soares e os «leaders» dos partidos da Oposição a entenderem-se de uma vez para sempre. O País precisa de resistir; a Democracia precisa de ser defendida; o povo precisa de quem pense nos grandes problemas que, penosamente, defronta dia a dia.

N.R.

## Jornalistas europeus

(Continuação da pág. 1)

Pesquisa das Instituições Internacionais de Geneve, da Comissão Francesa para a UNESCO, da Organização Internacional dos Jornalistas (OIJ) de Praga, da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) de Bruxelas, da Federação Nacional da Imprensa Italiana, da Associação dos Jornalistas Jugoslavos e do sr. Gilles de la Roque.

A reunião do Comité Director decorreu na sede da UNESCO e no Chateau du Bois du Rocher. No dia 14, os jornalistas serão homenageados com um almoço na UNESCO.

O Clube dos Jornalistas Europeus deverá ter a sua primeira reunião

formal na Primavera próxima em Belgrado, capital onde os países signatários da acta de Helsínquia deverão também reunir-se em 1977.

Segundo Jean Schwoebel, os jornalistas têm grandes responsabilidades perante os acordos de Helsínquia. «Compete-lhes — disse o prestigioso jornalista do «Le Monde» — lutar pela aplicação sincera das disposições de Helsínquia, contribuindo para o reforço da Paz na Europa e para a democratização total dos países signatários, de tal forma que os pequenos países possam participar no progresso dos povos europeus em igualdade de circunstâncias com os países mais poderosos».

## ACABARAM EM CUBA OS TELEFONES GRATUITOS

PARIS (TEMPO) «Le Monde» revela que acabaram em Cuba os telefones gratuitos. O Governo decidiu por fim em 25 de Novembro aos telefones públicos gratuitos «por se terem constatado numerosos abusos».

## Títulos do tesouro

(Continuação da pág. 1)

de contos. Da parte do Governo argumenta-se que o País está em crise económica grave que a austeridade é indispensável e que o regime dos Títulos do Tesouro afectam apenas 38% da população portuguesa pois 62% dos trabalhadores portugueses ganham salários inferiores a 7000\$00.

O impasse exige intensas negociações, ao mesmo tempo que complica o sistema da emissão das cauteladas do empréstimo, as quais não começam ainda a ser

impresas pelo facto do diploma se encontrar congelado na Presidência da República. Observadores notam que há outros diplomas importantes que estão também congelados como o Decreto dos despedimentos.

O incidente constitucional parece inevitável embora o Governo pense que o mesmo será ultrapassado. É fora de dúvida, porém, que a opinião dos constitucionalistas da Presidência é contrária à promulgação do diploma e não se crê que o general

## A visita de Andrés Perez a Portugal

(Continuação da pág. 1)

Nas declarações que prestou à chegada ao aeroporto, onde era aguardado pelo Presidente Ramalho Eanes, o chefe de Estado da Venezuela, um dos estadistas que mais tem pugnado pelos interesses do chamado Terceiro Mundo, exaltou os descobrimentos portugueses. «O mundo deve a Portugal a proeza e a glória do seu autoconhecimento» — sublinhou Andrés Perez, que declarou também: «O povo português contribuiu resolutamente para forjar o conceito planetário que o homem dos nossos dias tem de si mesmo».

O Presidente da Venezuela foi o primeiro Chefe de Estado estrangeiro a discursar na Assembleia da República. Teve longas conversações com o general Ramalho Eanes e com o Primeiro-Ministro Mário Soares, durante a sua estada em Lisboa e das conversações havidas e nas

quais participaram também governantes e especialistas dos dois países, designadamente os ministros dos Negócios Estrangeiros, resultou de vários acordos.

Pelos acordos estabelecidos a Venezuela vai conceder a Portugal várias facilidades no abastecimento de petróleo, de que é o terceiro produtor mundial, e facilitar o incremento da emigração portuguesa.

Ao contrário do que se tem especulado, a Venezuela não receberá especificamente retornados de Angola ou Moçambique, mas sim todos os portugueses que estejam interessados em ir aumentar a já tradicional e numerosa colónia ali existente há muitos anos.

Em compensação, Portugal assegurará à Venezuela assistência tecnológica em diversos domínios, especialmente nos respeitantes à construção naval e de portos.

Ramalho Eanes possa opor-se a essa posição.

Nestes termos, surgem duas hipóteses:

a) O Presidente da República promulga o Decreto. É seguro que os Partidos da Oposição pedem a sua ratificação pela Assembleia da República. Esta não ratificará o diploma (PC votará também contra) por o considerar organicamente anticonstitucional. Se isso acontecer, a não ratificação pela Assembleia da República equivale a uma moção de desconfiança ao Governo.

b) O Presidente da República não promulga o Decreto (note-se que os pareceres dos seus conselheiros tem seguido a chamada «lógica constitucional» que aponta para a não promulgação). Neste caso, o diploma voltará ao Governo e, ou este o reformula, ou assiste da sua aplicação. A reformulação, entretanto, só poderá ser feita na base de um projecto de Lei a apresentar à Assembleia da República. Neste caso, não haverá tempo para se iniciar a poupança forçada por altura do Natal, pelo que o 13.º mês será pago integralmente.